



AFRODESCENDÊNCIAS EM CANTO VERDE: COMO UM PROJETO ESCOLAR PODE INFLUENCIAR NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA LOCAL

Ana Vitória Santos Ribeiro¹

Universidade Federal do Ceará – UFC
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6038-1525>
E-mail: anavitoria.biologia@gmail.com.

André Soares dos Santos Paz²

Escola Municipal Bom Jesus dos Navegantes
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4170-826X>
E-mail: andrepazprof@gmail.com

RESUMO

É inegável as descendências africanas e indígenas da nação brasileira. No entanto, o processo de colonização pela Coroa Portuguesa desencadeou o silenciamento e preconceito social contra esses povos. Porém, a resistência os fez ressurgir e lutar pelos seus direitos cidadãos e como resultados surgiram legislações que agem no combate à discriminação, inclusive dentro da escola, por meio de como a 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino básico do país. Nesse sentido, o presente artigo objetiva relatar por meio de entrevistas com professores e alunos da EMEF Bom Jesus dos Navegantes, um projeto que reflete a implementação desta lei e como ele colabora para a construção da identidade da comunidade Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde, na qual a escola está inserida. Através dos relatos dos participantes, pude compreender a grandiosidade do projeto “Mostra de Africanidades” e suas diversas vertentes, como o MUAFRI, um Museu Virtual da cultura africana da comunidade na construção e valorização da identidade e culturalidade local.

Palavras-chave: Africanidades, protagonismo estudantil, currículo, arte.

¹ Graduanda de Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6038-1525> E-mail: anavitoria.biologia@gmail.com.

² Docente em Ciências Humanas e Linguagens no Ensino Fundamental Anos Finais. Especialista em Psicopedagogia e Gestão Escolar. Pedagogo pela Universidade Federal do Ceará – UFC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4170-826X> E-mail: andrepazprof@gmail.com

Afro-descendants in Canto Verde: How a school project can influence the construction of local identity

ABSTRACT

The African and indigenous descendants of the Brazilian nation are undeniable. However, the process of colonization by the Portuguese Crown triggered the silencing and social prejudice against these peoples. However, the resistance made them resurface and fight for their civil rights and as a result, legislation emerged that acts to combat discrimination, including within the school, through such as 11.645/2008, which makes the teaching of Afro-Brazilian History and Culture mandatory for Brazilian and indigenous students in the country's basic education establishments. In this sense, this article aims to report, through interviews with teachers and students of EMEF Bom Jesus dos Navegantes, a project that reflects the implementation of this law and how it collaborates to build the identity of the Extractive Reserve community of Prainha do Canto Verde, in which the school is located. Through the participants' reports, I was able to understand the grandeur of the project "Mostra de Africanidades" and its various aspects, such as MUAFRI, a Virtual Museum of the community's African culture in the construction and appreciation of local identity and culture.

Keywords: Africanities, student protagonism, curriculum, art.

Afrodescendientes en Canto Verde: Cómo un proyecto escolar puede incidir en la construcción de la identidad local

RESUMEN

La descendencia africana e indígena de la nación brasileña es innegables. Sin embargo, el proceso de colonización por parte de la Corona portuguesa desencadenó el silenciamiento y prejuicio social contra estos pueblos. Sin embargo, la resistencia los hizo resurgir y luchar por sus derechos civiles y como resultado, surgió una legislación que actúa para combatir la discriminación, incluso dentro de la escuela, a través de la 11.645/2008, que hace obligatoria la enseñanza de la Historia y Cultura Afrobrasileña. Estudiantes brasileños e indígenas en los establecimientos de educación básica del país. En ese sentido, este artículo tiene como objetivo relatar, a través de entrevistas con profesores y alumnos de la EMEF Bom Jesus dos Navegantes, un proyecto que refleja la implementación de esta ley y cómo colabora para construir la identidad de la comunidad de la Reserva Extractiva de Prainha do Canto Verde, en el que se encuentra la escuela. A través de los relatos de los participantes pude comprender la grandeza del proyecto "Mostra de Africanidades" y sus diversas vertientes, como el MUAFRI, Museo Virtual de la cultura africana de la comunidad en la construcción y valorización de la identidad y cultura local.

Palabras clave: Africanidades, protagonismo estudiantil, currículo, arte.

INTRODUÇÃO

A prática educacional é uma condição inerente a pessoa humana. O processo de aprendizagem corresponde a apropriação dos conhecimentos formulados pelas civilizações e construção de novos saberes, ou seja, é um processo de humanização. Durante a história, o papel da educação transita entre reprodutor/inovador da sociabilidade humana, como adaptação aos modos de

formação adequados para esse movimento (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002). Nesse sentido, a escola ocupa uma posição protagonista, pois formalmente é o campo de desenvolvimento dessa prática que se baseia no currículo. Segundo Saviani, [...] currículo é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola.” (SAVIANI, 2008, p. 16), essenciais para manter sua especificidade e garantir a implementação de sua função social.

Com base no processo de humanização e em vista que os conhecimentos são elaborados a partir da realidade sensível e para a resolução de problemas concretos, é inegável a essencialidade de um currículo inserido no contexto social, que contemple as subjetividades e multiculturalidades dos saberes. No entanto, o currículo segue uma lógica a partir de quem o constrói e passa por diversas conformações ideológicas ao longo do tempo. No Brasil, a construção histórica e social de colonização europeia opressora e patriarcal fez-se presente no currículo escolar. O enaltecimento da branquitude e silenciamento das vozes pretas e indígenas fomentou os discursos preconceituosos e as desigualdades sociais contra esses povos (SOUZA, 2016, p.1).

Por meio de muitas lutas pelo direito de reconhecimento, aos poucos outras narrativas passaram a permear o campo social, principalmente a partir da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2003) e das leis nº 10.639/03 e 11.645/08 que tornaram obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica. No entanto, há uma mobilização conservadora que tenta a todo custo manter as narrativas negras invisibilizadas, principalmente pelo estigma religioso contra a cultura africana (PETIT, 2015). Dessa forma, é fundamental a elaboração de alternativas que insiram a Cultura negra e indígena no ambiente escolar, de modo a promover a desconstrução de preconceitos e o resgate das raízes locais.

Nessa perspectiva, o presente estudo objetiva descrever o projeto “Mostra de Africanidades” desenvolvido na Escola de Ensino Fundamental Bom Jesus dos Navegantes, localizada na Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde, pois é uma comunidade reconhecida pela sua belíssima história de luta e resistência pela permanência no território e perpetuação dos modos de saber,

fazer e viver ancestrais. Para essa descrição foi realizado entrevistas com professores e alunos participantes do projeto e a partir delas também empreendo a reflexão acerca da essencialidade do projeto como alternativa de cumprimento da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, além das contribuições do mesmo para a construção identitária local.

O caminhar do currículo no Brasil: De uma para diversas narrativas

A palavra currículo origina do latim “currere” que significa caminho, percurso a ser seguido (PACHECO, 2005). De acordo com Paraskeva (2008) o currículo é um campo edificador de um determinado projeto de identidade sociocultural, o qual deve ser produto de um processo deliberativo mais amplo de cada sociedade. Para isso, o currículo deve partir das necessidades inerentes à comunidade – critério ético-crítico para a seleção dos objetos de estudo, das negatividades comunitárias a que está submetido, pressupondo o direito igual na construção das positivities identitárias humanizadoras (SILVA, 2004, p. 30).

Segundo Moreira e Silva (2001, p. 7-8), “o currículo é considerado um artefato social e cultural. [...] implicando relações de poder. Ele transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares”. Nesse sentido, o currículo é uma construção projetada a partir dos ideais de quem o constrói, que objetiva o modelo de sociedade que seus autores pretendem e para isso há uma seleção do que é prioritário e secundário, não podendo então este se considerar neutro e apolítico (APPLE, 1982, p. 59).

O contexto de construção curricular brasileiro se inicia na década de 1920-1930, pois a educação funcional foi tida como indispensável à modernização, processo esse que já ocorria internacionalmente. Neste contexto surge o movimento da Escola Nova que impulsionou reformas curriculares isoladas na Bahia, Minas Gerais e Distrito Federal, baseados no modelo pragmatista de Dewey, que considerava o currículo como o conjunto de ensinamentos para a vida (BARBOSA; FAVERE, 2013). Em 1932 foi escrito e divulgado o documento considerado o marco do projeto de renovação educacional – “Manifesto dos Pioneiros” que defendia a concretização de uma escola única, pública, laica,

obrigatória e gratuita. Anísio Teixeira foi um importante nome desse período e tinha o pensamento de uma educação para a formação do ser humano e não só de sujeitos aptos a desempenhar papéis instrumentais. Em 1955, foi publicado o primeiro livro sobre currículo, “Introdução ao Estudo da Escola Primária” de João Roberto Moreira.

Em 1961, uma comissão com Lourenço Filho resultou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No entanto, o inconformismo com a situação da educação do país gerou o surgimento de movimentos como o “Movimento em Defesa da Escola pública”, Movimento de cultura popular e programas de alfabetização politizados, como o de Paulo Freire, que fomentou a criação de um Plano Nacional de Alfabetização inspirado em seu método. Porém o golpe militar de 64 promoveu uma mudança política, ideológica, econômica e, portanto, educacional, impedindo o plano de ser executado. A educação assume mais uma vez um caráter tecnicista, aliado principalmente com os EUA e uma política desenvolvimentista, além do controle político-ideológico (SHIROMA et al, 2002). Nesse período, houve a diminuição da carga horária de disciplinas básicas e inclusão de conteúdo profissionalizante, o que provocou um agravamento da precarização do ensino do 2º grau e fomentou a mercantilização da educação.

Na metade da década de 70, começa-se uma pressão para a participação social na educação de modo a atenuar as desigualdades, recomendado inclusive pelo Banco Mundial (SHIROMA, et al, 2002). Nos anos 80, o regime militar chega ao fim e a defesa da erradicação do analfabetismo e universalização da escola pública, para formação de alunos críticos passa a ser cobrada continuamente, então, junto com a redemocratização, a política educacional é repensada. Nesse processo a Assembleia Nacional acolheu muitas contribuições, principalmente para mudanças na LDBEN. Porém, a disputa de poderes acabou desconsiderando muitas delas e a reforma da LDBEN de 96 não correspondeu às expectativas. No entanto, ela foi crucial para que houvessem transformações no campo educacional brasileiro.

O novo milênio inicia e a chegada de um governo de esquerda ao poder, reverbera algumas pautas sociais, como pode-se perceber pela instituição da Língua Brasileira de Sinais – Libras (10.436/02), a criação do Sistema Nacional

de Avaliação da Educação Superior (10.861/04), a inclusão no currículo obrigatório da História e Cultura Afro-Brasileira (10.639/03), a inclusão obrigatória em estabelecimentos públicos ou privados do ensino básico do estudo da História e Cultura afro-brasileira e indígena (11.645/08) e a homologação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC em 2017. Ainda sobre a LDB, segundo Saviani (2016, p. 381), entre 1997 e 2015 foram aprovadas 39 leis que geraram modificações na LDB, um número um tanto expressivo para uma legislação.

(En)Canto Verde: A tecer laços entre o litoral e a África

Prainha do Canto Verde, o local escolhido para realização da pesquisa, é uma pequena vila de pescadores artesanais com cerca de 270 famílias, segundo a Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde. Localizada no município de Beberibe, em meio a grandes complexos hoteleiros litorâneos, é então uma área de grande interesse econômico pela demanda turística e expansão urbana (MENDONÇA, 2004, p. 89). Canto Verde travou uma audaciosa luta em defesa dos seus direitos de existir e persistir como comunidade tradicional. Tanta rebeldia e coragem trouxeram uma gama de resultados e parcerias, como a construção do Centro Comunitário, por meio do apoio do grupo “Amigos da Prainha”. Além disso, após décadas de resistência e de cercas derrubadas, a comunidade conseguiu em 2009 a instituição da Reserva Extrativista, unidade de conservação que objetiva a proteção dos povos tradicionais e a exploração extrativista dos recursos.

A partir de todo esse contexto histórico-social presume-se que o processo educacional na comunidade deva ser singular. De acordo com a monografia de André Paz (2021), há dois momentos opostos dentro desse aspecto. O primeiro é aquele que acompanhou o calor das movimentações, onde a educação contextualizada fez-se normativa, por meio do Projeto Político-Pedagógico da escola e o segundo é o que o autor aborda como institucionalização da escola e afastamento da realidade local.

Até a década de 80, a Prainha não tinha escola, então as crianças e adolescentes iam para uma comunidade vizinha, chamada de Quatro Bocas, a

partir dos 7 anos de idade para aprenderem a ler, escrever e as 4 operações básicas.

A gente saía daqui 11 horas, sol quente, morrendo de fome, de material só tinha um caderno e um lápis que a gente botava num pacote de bolacha e botava nas costas. As vezes entrava por umas veredas pra cortar caminho e ia apanhando murici e caju pra comer. Na volta, sorte quando aparecia uma carona, se não tinha que voltar de pé (relato de morador, pescador, 47 anos).

Pela necessidade de se criar uma escola na comunidade, começaram a pressionar o poder público municipal, que em 1980 assinou a criação de um prédio pequeno que só atendia até o 5º ano. No entanto, os esforços no campo da educação não pararam por aí. Antes mesmo da instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a comunidade percebeu a importância da formação de professores para o bom processo formativo. Nesse sentido, foram empenhados esforços e conseguiu-se apoio financeiro para ofertar bolsas de estudo aos professores, a fim de promover o aperfeiçoamento das práticas docentes (GALDINO, 2014).

O esforço comunitário em bem da educação continuou, pois necessitava-se de uma escola maior e dado a negligência da prefeitura, a própria comunidade protagonizou a construção da escola, denominada de “escola nova” que apresenta diferenciais arquitetônicos, pois não há muros, o que evidencia essa interligação contínua com a realidade local. Desde quando começou a funcionar, a escola foi espaço de debate e afirmação das lutas diárias da comunidade, por meio de uma educação construtivista. Havia vários eventos, como semanas culturais e do meio ambiente, além da celebração de datas importantes, como da S.O.S. Sobrevivência. Durante minha passagem no ensino fundamental, lembro perfeitamente destes eventos e da empolgação que tínhamos em participar. O espaço da escola era um local de interligação dos saberes curriculares com os saberes locais e isso fomentava a valorização dos processos históricos e culturais, como também propiciava o estabelecimento de pertença a este lugar.

Depois de um tempo, a prefeitura passou a intervir gradativamente na escola e a mudança do quadro do núcleo gestor fortaleceu a ideia do “currículo neutro”, principalmente porque após a instituição da RESEX, um pequeno grupo

se fez oposição à comunidade e declarou apoio ao empresário especulador. É necessário salientar que o currículo é construído a partir de relações sociais e de poder, não havendo então neutralidade, pois “no acontecimento singular e único da existência, é impossível ser neutro” (BAKHTIN, 2003). Nesse movimento, a escola contextualizada e imersa na culturalidade passa a se eximir dos fatos sociais, e ser apenas mais uma dentro da rede de escolas que seguem um currículo geralmente sugerido pelos livros didáticos produzidos em outras regiões do país, sem cumprir com seu papel social fundamental e os compromissos postos no PPP.

No entanto, não demorou muito para que tornasse a percepção da essencialidade da escola neste processo de construção social dos “pequenos” moradores. Dessa forma, um professor que lecionava História e Geografia, idealizou um projeto que realizasse esse resgate da historicidade da comunidade, além de tecer laços mais profundos com as raízes africanas dos moradores. Esse projeto denominado de Mostra de Africanidades, seu desenvolvimento e implicações são o foco de relato do presente trabalho.

METODOLOGIA

Para descrever o projeto “Mostra de Africanidades” e compreender suas implicações na construção da identidade local, realizou-se entrevistas em meio virtual de caráter qualitativo com participantes da Feira de Africanidades da Escola Municipal de Educação Fundamental Bom Jesus dos Navegantes, localizada na comunidade de Prainha do Canto Verde já descrita nas seções anteriores. O público-alvo das entrevistas foram participantes do projeto divididos em 2 categorias: Professores e estudantes, a fim de se ter uma abrangência de perspectivas sobre a ação.

Optou-se pelo método qualitativo dado que esse tipo de pesquisa responde a questões particulares a partir de uma realidade sensível que não pode ser quantificada e que carrega consigo uma multiplicidade de significados, motivos, aspirações, crenças valores e atitudes (MINAYO, 1994). Essa subjetividade dentro desse tipo de pesquisa, exige do pesquisador abertura para novas formulações e integração de conhecimentos, ao passo que também

configura a singularidade do fenômeno social (MINAYO, 2000). Outro fator importante é a concomitância da análise e da observação. Essas duas ações caminham juntas e corroboram o norteamento dos aspectos a serem explorados (ANDRE, 2000).

Ademais, os resultados qualitativos nos permitem compreender a complexidade e a multidimensionalidade dos processos educacionais, além de possibilitar o contato com as significâncias das experiências vividas e auxiliar nas reflexões acerca das relações entre indivíduos, seus contextos e ações (ANDRÉ, 1983). Por fim, essa diversidade de percepções atrelada à integração de conhecimentos do pesquisador, permitem a criação de relações e proposição de novas interpretações para o fato explorado (SUASSUNA, 2008, p. 350).

A feira de Africanidades e o MUAFRI – Desconstruindo Preconceitos, construindo identidades

Este projeto foi idealizado pelo professor André Paz a partir da sua participação na organização da Jornada Indígena da UFC e também pelo encantamento com as riquezas culturais da Prainha do Canto Verde, por meio do acompanhamento da construção da dissertação de mestrado de Márcia Ribeiro, sua esposa e nativa da comunidade. Em 2017, André torna-se professor da EMEF Bom Jesus dos Navegantes para lecionar História e Geografia nos anos finais do ensino fundamental e desde o início evidenciou em sua prática a cultura local, porém percebeu que somente falar sobre ela não gerava o impacto esperado. Além disso, em diálogos com lideranças comunitárias, percebia a repetição da ideia de que a escola era importante no processo de fortalecimento da identidade local: “Valorizar as pessoas, a cultura, as histórias, saberes e paisagens da comunidade era uma das maiores e melhores formas de fortalecer a identidade do modo de cultura das crianças” (Trecho do relato do Prof. André Paz, 2022).

Nessa perspectiva, no 1º semestre de 2017, juntamente com os alunos, foi realizada a Mostra Indígena Panamericana. A execução dessa ação fomentou o desejo de se abordar outros aspectos culturais da comunidade e dessa forma o professor propôs, os alunos abraçaram e no 2º semestre ocorreu a I Mostra de

Africanidades BJJ (BJJ, sigla para o nome da escola: Bom Jesus dos Navegantes). Esse evento contou com diversas atividades, onde os alunos desenvolveram variadas produções artísticas, desde pinturas a poesias e danças. Nessa ocasião também foi lançado o Griôzinho, boneco criado pelo professor em alusão ao simbolismo africano, com o intuito de contar histórias e falar da ancestralidade africana local de forma lúdica. Griôzinho já se apresentou para políticos da Guiné Bissal, participou de eventos educativos no Rio de Janeiro de forma remota e além disso, tem um canal no YouTube dedicado a disseminar a arte, cultura, ancestralidade e ludicidade local e nacional.

O projeto teve continuidade, mas diversificou suas propostas. No ano seguinte foi realizada a confecção de Fanzines que colocavam em evidência personagens negros importantes de todo o país com lançamento na semana do livro promovida na escola. Em 2019 o foco de produção foi em vídeos e peças teatrais que se encontram disponíveis no YouTube no canal do professor.

Em 2020, instaurou-se um período atípico mundialmente, em virtude da Pandemia da Covid-19. Com os estudantes afastados do espaço escolar, o projeto assumiu uma outra vertente de forma audaciosa, a criação de um museu digital em 3D. Sem muitos recursos tecnológicos, o professor tentou fazer o museu por meio de slides, mas não cumpriu as expectativas, ainda mais pela baixa participação ativa em virtude do formato remoto. No entanto, a ideia não foi para o baú e em 2021 junto com os estudantes, planejaram a criação de uma galeria que contasse a história da comunidade e que ficasse disponível em meio digital. Para a obtenção do material, foram realizadas entrevistas, árvore genealógica, pinturas de tela e até um livro feito com capa artesanal e costurado à mão. Segue alguns relatos dos alunos desenvolvedores do projeto:

Eu e a Samara fizemos um livro, “Seu Chico Digital” que fala sobre as histórias africanas das famílias que são descendentes de pessoas que vieram da África e que habitaram aqui. Aí fizemos a entrevista com seu Chico que é um morador de descendência africana e ele nos contou várias lendas que eram contadas quando ele era criança. Ai com as histórias, as brincadeiras e os conhecimentos ancestrais dele, fizemos o livro artesanal” (Relato de Letícia, aluna participante do projeto, 2022)”.

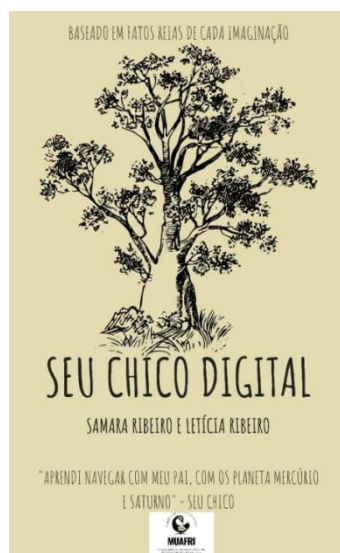
O Museu Digital Africanidade na Prainha do Canto Verde e Adjacências – MUAFRI está disponível no Instagram³ com publicações de todas as produções.

Imagem 1 – Capa de apresentação da Árvore Genealógica.



Fonte:
Instagram MUAFRI

Imagem 2 – Capa do livro “Seu Chico Digital”.



Fonte:
Instagram MUAFRI

“Minha bisavó veio da África”: Relevância da Mostra de Africanidades e do MUAFRI na construção identitária local

É inegável a afirmação das descendências africanas e indígenas da Prainha do Canto Verde, reveladas pelas suas interligações por meio da perpetuação de costumes tradicionais, práticas religiosas, oralidades, histórias, lendas, entre tantos outros fatores. No entanto, apesar de todos esses aspectos, a comunidade não se considera negra (ALMEIDA, 2014). Nesse sentido, Maria Inez (2014) construiu sua dissertação por meio de uma pesquisa incrível sobre a autoafirmação afrodescendente da comunidade e conseguiu montar a árvore genealógica das famílias fundadoras da comunidade até os escravos libertos de um engenho das vizinhanças. Uma das compreensões abordadas pela autora é de que “o pertencimento étnico não é algo imediato, exige um processo de identificação”.

A partir disso, a Feira de Africanidades e o MUAFRI são vistos não só como uma medida para o cumprimento do currículo obrigatório, ela faz parte do processo de construção e afirmação da identidade afrodescendente e indígena do povo desta comunidade, como relata os próprios participantes:

³ <https://www.instagram.com/muafri2021/>

Acho que deve ressaltar o quanto foi importante a questão da gente estudar nossas origens e trazer para dentro do cronograma curricular, porque a Prainha é uma comunidade com cultura enraizada nas matrizes africanas e é muito importante estudar e lembrar isso, não só uma vez, mas todo ano e sempre na nossa escola” (Relato de Thiago, aluno participante do projeto, 2018).

Além disso, é ressaltado a multiplicidade de vertentes artísticas e o protagonismo estudantil dentro do processo, quando o participante diz:

[...] Também foi importante a interação dos alunos, os tipos de projeto, porque cada aluno participou do seu modo. Tinha uns que faziam pintura, outros dança e escultura, foi uma mistura de várias coisas focando em um centro - africanidades, facilitando o aprendizado trazendo várias coisas, vários tipos de expressões artísticas visando ressaltar a africanidade e respeitar as diversidades (Relato de Thiago, aluno participante do projeto, 2018).

Projetos como esse desenvolvido na escola de Canto Verde, são fundamentais na desconstrução dos ideários racistas instituídos durante tantos anos pela branquitude patriarcal e colonial. Como elencado por Almeida (2014), mesmo com toda a sua história, resistência e cultura interligado as afrodescendências, a comunidade não as considerava como suas raízes e isso não é um caso isolado. O racismo estrutural está impetrado em nós e mesmo com mais de 50% da população autodeclarada preta ou parda, segundo o IBGE, quando menos percebemos, cometemos atos racistas. Por isso, a importância de um currículo que abrace todas essas visões, um plano que integre as distintas culturas deste país de dimensões continentais, de tantas cores, povos e línguas.

A mostra de Africanidades transcende o campo histórico, pois além de tecer esses laços familiares com a afrodescendência, ela também valoriza a atuação estudantil no processo de construção do conhecimento e aflora habilidades não muito exploradas no ensino tradicional, como o desenho, a pintura, a escultura, o teatro e outras artes. Essa conexão entre o sujeito aluno, sua realidade social e o resgate afrodescendente, fomentam habilidades e competências que transpõem qualquer base, pois fortalecem a construção da identidade individual e coletiva.

Linda Alcoff, filósofa panamenha, chama a atenção para a necessidade de descolonização do conhecimento e do papel fundamental da identidade social neste processo, a fim de compreender não só como essas identidades foram

tratadas durante o tempo, mas também silenciadas e desautorizadas no sentido epistêmico. Dessa forma, um projeto de descolonização epistemológica precisa necessariamente passar pela construção da essencialidade identitária, para refletir que o local é importante para o conhecimento (RIBEIRO, 2019, p. 28).

Por meio desta afirmação e à luz da perspectiva de Canto Verde pode-se inferir que a construção de identidade é fundamental nos processos de luta e resistência, pois fortalece o sentido de pertencimento ao lugar e a percepção de que esse espaço também é formativo. A Mostra de Africanidades, além de estreitar os laços ancestrais, também reabre o olhar da escola sob as lutas diárias da comunidade, além de possibilitar o conhecimento histórico-cultural e a perpetuação do mesmo, como diz a aluna:

[...] é importante para que passe de geração em geração e as gerações futuras saibam valorizar as nossas histórias as nossas descendências de africanos (Relato de Letícia, aluna participante do projeto, 2022).

É interessante perceber já nesses alunos, a preocupação com a manutenção dessa cultura ao longo do tempo. A preocupação com as histórias e as gerações futuras demonstra mais uma vez o sentimento de pertencimento e a construção do coletivismo, o cuidado de uns com os outros, comum das culturas africanas e indígenas.

CONCLUSÕES

O currículo contemplou durante muito tempo apenas uma narrativa dos processos históricos e sociais que se sucederam no Brasil desde a invasão portuguesa, dado que a sua construção era limitada a parcela branca, conservadora e burguesa da sociedade. No entanto, a luta do movimento negro e indígena pelo direito de reconhecimento e as mudanças de paradigmas sociais, evidenciou a necessidade de um currículo que fosse amplo e desse espaço a todos os atores sociais. Nesse contexto, surgem políticas públicas de combate a discriminação racial e a compensação, como a inserção da história e cultura desses povos no espaço escolar pela lei 10.639/2003 e 11.645/2008 e mais a frente, em 2012, a lei 12.711 que institui a política de cotas raciais.

As afrodescendências são inegáveis no processo de luta e resistência de Canto Verde, além de ser fortemente evidenciada nos seus costumes, seja pela sua força de persistir, seja pela sua alegria em celebrar. No entanto, como em

toda a história, também passam por estados de progresso e retrocesso, inclusive na educação. Porém em uma comunidade com um legado tão forte, não se pode deixar tanta história se perder e a escola tem um papel fundamental nesse processo.

A Mostra de Africanidades e o MUAFRI é um projeto desenvolvido na EMEF Bom Jesus dos Navegantes, inserida nesse contexto de lutas sociais pelos direitos cidadãos. A prática busca por meio do resgate das afrodescendências da comunidade, do protagonismo estudantil e das artes, fortalecer a identidade da comunidade e trazer para o conhecimento dos estudantes a culturalidade e a história. Além disso, o projeto reafirma o papel social da escola, de estar atenta aos anseios locais e reverberar nos estudantes o pensamento crítico e ativo à realidade social.

Como nativa e pertencente a este lugar, compreendo a urgência de se debater tais temas no âmbito escolar, pois a valorização da culturalidade local e o resgate das afrodescendências, nos colocam em processo de fortalecimento das identidades tão necessárias perante ao sistema social explorador que estamos inseridos. Ademais, faço das palavras do prof. André (2022) também as minhas “para além da obrigatoriedade imposta pela lei 10.639, ser antirracista e trabalhar para fortalecer a identidade local das crianças é ser a favor de construir um futuro melhor para elas e por elas”. A identidade é como um sopro de vida, é como saber que em um mundo tão complexo e diverso, existe um lugar para chamar de seu e que por onde fores, ela sempre te acompanhará.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 1, n. 31, 2016.

ALMEIDA, Maria Inez de Lima. **Autoafirmação das Africanidades na Prainha Do Canto Verde: tirando o véu Da invisibilidade da negritude**. 2014. 104 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Cap. 7. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8053>. Acesso em: 16 dez. 2022.

AMPCV, Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde. **Escola da Prainha em 1983, a primeira escola da comunidade** [s.d]b. Disponível em:

http://prainhadocantoverde.org/educacao/escola_1983-2/. Acesso em: 17 out. 2022

ANDRÉ, M. E. D. A. A pesquisa no cotidiano escolar. *In*: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 35-45.

_____. A pesquisa no cotidiano escolar. *In*: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 35-45.

ANDRÉ. Texto, contexto e significados: algumas questões na análise de dados qualitativos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 45, p. 66-71, 1983.

APPLE, Michael. **Currículo e ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BAKHTIN, Mikhail et al. Os gêneros do discurso. **Estética da criação verbal**, v. 2, p. 279-326, 2003.

BARBOSA, Ana Clarisse Alencar; FAVERE, Juliana de. **Teorias e Práticas do Currículo**. Indaial: Uniasselvi, 2013. 261 p.

DE SOUZA, Rosana Nobre. Teorias do currículo e identidade negra silenciada nas práticas escolares do ensino fundamental I. **RELPE: Revista Leituras em Pedagogia e Educação**, v. 2, n. 2, p. 55-64, 2016.

EVANGELISTA, Olinda; MORAES, Maria Célia Marcondes; SHIROMA, Eneida Oto. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GALDINO, J. W. **Educação e movimentos sociais na pesca artesanal: caso da Prainha do Canto Verde, no litoral cearense**. 2010. 316f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2010.

MENDONÇA, T. C. de M. **Turismo e participação comunitária: Prainha do Canto Verde a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não Secou?**. 2004. 192 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2004.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PACHECO, J. A. **Escritos Curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005.

PARASKEVA, J. El currículo como Práctica de Significaciones. *In*: RASCO, F. A. et al. **Educación, Justicia Y Democracia en las Instituciones Educativas**. Sevilla: Publicaciones Cooperación Educativa, 2008. p. 81 – 96.

PAZ, André Soares. **Cartografias das forças em disputa na produção da educação escolar na RESEX Prainha do Canto Verde**. 2021. 110 f. Monografia (Graduação em Pedagogia – Faculdade de Educação) – Universidade Federal do Ceará – UFC, 2021 Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1f82mkEqbWWGHZfZj8g8J6vHZQ0QGfz2_/view?usp=drivesdk. Acesso em: 14 nov. 2022

PAZ, André Soares dos Santos. **GRIÔZINHO na 7º CRE do Rio de Janeiro** - leia a descrição abaixo. Interpretação de André Soares dos Santos Paz. Rio de Janeiro: 7ª Cre Sme, 2021. (11 min.), VÍDEO, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fqXkMtzedHo&t=288s>. Acesso em: 14 out. 2022

PAZ. André Soares dos Santos. **LEI 10639 na Bom Jesus dos Navegantes**. Direção: André Paz. Produção: Vários. Roteiro: Lei 10639. YouTube: [s. n.], 202. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLiLCuOAaTHJNvGt8x0SKBmUyX8WQY2-U>. Acesso em: 29 nov. 2022.

PAZ. André Soares dos Santos. **LEI 10.639 na escola Bom Jesus dos Navegantes**. RESEX Prainha do Canto Verde, Beberibe, CE, 25 nov. 2018. Disponível em: <http://meutemapreferido.blogspot.com/2018/11/lei-10639-na-escola-bom-jesus-dos.html>. Acesso em: 5 dez. 2022.

PETIT, Sandra Haydée. **Pretagogia: pertencimento, corpo-dança afroancestral e tradição oral africana na formação de professoras e professores: contribuições do legado africano para a implementação da Lei nº 10.639/03**. Fortaleza: EdUECE, 2015. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1xGgSVRyF7HrGHi_J7a1aKwhqCxHtsF_t/view. Acesso em: 14 out. 2022

RIBEIRO, Djalma. **Lugar de Fala**. Editora Pólen: São Paulo, 2019. 112 p.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10ª ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

_____. O vigésimo ano da LDB: As 39 leis que a modificaram. **Revista Retratos da Escola**, v. 10, n. 19, p. 379-392, 2016.

SILVA, Antonio Fernando Gouvêa. **A construção do currículo na perspectiva popular crítica das falas significativas às práticas contextualizadas**. 2004.

485 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pós-Graduação em educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

SUASSUNA, Lívia. Pesquisa qualitativa em Educação e Linguagem: histórico e validação do paradigma indiciário. **Perspectiva**, v. 26, n. 1, p. 341-377, 2008.

RIBEIRO, Ana Vitória Silva (Ana Vitória Silva Ribeiro)

Graduanda de Licenciatura em Ciências Biológicas (UFC).

Fortaleza, Ceará, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6038-1525>

E-mail: anavitoria.biologia@gmail.com

PAZ, André S. S. (André Soares dos Santos Paz)

Escola Municipal de Ensino Fundamental Bom Jesus dos Navegantes –
EMEFBJN

Especialista em Psicopedagogia e Gestão Escolar. Pedagogo pela UFC.

Professor de Ciências Humanas e Linguagens no Ensino Fundamental Anos
Finais, Beberibe, Ceará, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4170-826X>

E-mail: andrepazprof@gmail.com